CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 277/96 - Ap.P.SE nº 429/96
INTERESSADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA
ASSUNTO : Convênios de Ação Cooperativa - Estado-Municípios.
RELATORA : Consª BERNARDETE ANGELINA GATTI
PARECER CEE Nº 201/96 - CPL - APROVADO EM 15-05-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

Trata este Processo de Convênio entre o Estado/Secretaria de Estado da Educação e o Município de Ilha Solteira, que deverá ter vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura e que tem por objeto a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o Atendimento ao Ensino Fundamental, nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 40.6673, de 16 de fevereiro de 1996, tendo por finalidade a execução das obrigações especificadas em seus termos.

O pedido foi efetuado pelo Prefeito da Municipalidade interessada, recebeu manifestações favoráveis dos órgãos competentes e os autos estão instruídos de acordo com a legislação vigente e orientação administrativa a respeito.

A Divisão de Finanças informa a reserva de recursos financeiros.

No que tange à minuta apresentada, verifica-se que obedece ao modelo-padrão, estabelecido no anexo do citado diploma legal, podendo, sob o aspecto jurídico-formal, ser utilizado pela Administração para o fim colimado, conforme doutra manifestação da Consultoria

Jurídica da Secretaria de Estado da Educação (Parecer CJ nº 189/96).

As cláusulas Segunda e Terceira do Convênio definem as obrigações mútuas, a saber:

"São obrigações da Secretaria:

I - quanto à Gestão do Sistema:

a) prestar assistência técnica ao Município para a gestão da rede escolar, estruturação do órgão municipal de educação e do Conselho Municipal de Educação, para elaboração do Plano Municipal de Educação, Plano Regional de Educação, Estatuto do Magistério Municipal, Plano de Carreira, Regimento das Escolas e outros que se fizerem necessários.

II - quanto ao pessoal:

a) colocar à disposição do Município, através do ato específico da autoridade competente e por prazo determinado, pessoal docente, técnico e administrativo para as ações que se façam necessárias a execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Convênio;

b) co-responsabilizar-se pela capacitação do pessoal colocado à disposição do Município, pela Secretaria;

III - quanto aos recursos financeiros:

a) prestar apoio financeiro ao Município, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste Ajuste, observando-se as regras contidas no § 3º do artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

IV - quanto à transferência de bens imóveis e móveis:

a) tomar providências junto à Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, para transferência de terrenos e/ou prédios escolares, de propriedade do Estado, ao Município, visando obter a competente autorização legislativa;

b) tomar providências junto ao Governo do Estado para transferência de móveis e utensílios, equipamentos e materiais didáticos, de propriedade do Estado, ao Município;

V - quanto ao acompanhamento e à avaliação:

a) acompanhar e avaliar a execução do Convênio e do Plano de Trabalho objetivando as adequações que porventura se façam necessárias para consecução dos objetivos propostos, especialmente quando à regular aplicação dos recursos financeiros transferidos ao Município."

Quanto ao Município são suas obrigações:

"I - criar e instalar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei nº 9.143, de 9 de março de 1995;

II - providenciar a elaboração do Plano Municipal de Educação e a aprovação do mesmo, junto aos órgãos competentes;

III - realizar estudos com entidades de classe representativas do magistério e com órgãos estaduais para elaboração do Estatuto do Magistério Municipal e do Plano de Carreira do Magistério Municipal;

IV - respeitar as medidas decorrentes da reorganização da rede pública estadual, no ano letivo de 1996;

V - planejar a rede física, identificando a situação da capacidade atual, a demanda futura e a previsão de expansão;

VI - assumir a construção, a ampliação e reforma dos prédios das escolas que mantêm ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e/ou 5ª a 8ª séries, com recursos próprios e/ou em parceria com o Estado, de conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho;

VII - responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos prédios escolares;

VIII - responsabilizar-se pelas despesas de utilidade (água, luz, telefone), bem como pelo pagamento de taxas;

IX - responsabilizar-se pelas despesas de assistência técnica, de manutenção e de reposição de mobiliário, de equipamento e de material didático-pedagógico;

X - encaminhar à Secretaria/Delegacia de Ensino, atestados de freqüência dos funcionários colocados à disposição do Município, visando assegurar o processamento dos direitos e vantagens dos mesmos;

XI - repor o pessoal nos casos de vacância e quando da necessidade de ampliação do quadro por expansão da rede escolar;

XII - realizar concurso público para ingresso em quadros próprios do Município de profissionais do magistério, pessoal técnico e administrativo, nos casos de expansão da rede escolar e/ou de reposição de pessoal;

XIII - comprometer-se a não pagar a menor do que o Estado para os profissionais do magistério do Município, garantindo o princípio de equidade para todos;

XIV - garantir a continuidade da Associação de Pais e Mestres ou entidade similar, garantindo a presença de instituições auxiliares da escola;

XV - Fornecer merenda e transporte escolar ao educando das 1ª a 4ª séries e/ou 5ª a 8ª séries do ensino fundamental com recursos próprios ou em parceria com o Estado;

XVI - facilitar à Secretaria o acesso às informações necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Trabalho e da execução deste Convênio;

XVII - prestar contas à Secretaria, mensalmente, sobre a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Estado, observado o disposto na Cláusula Sexta."

O valor do presente Convênio é estimado em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), cabendo à Secretaria o aporte de recursos da ordem de R\$ 51.000,00 (cinquenta e hum mil reais) e ao Município a contrapartida de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

A Secretaria, no exercício de 1996, aplicará recursos financeiros no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e hum mil reais), que já se acham reservados.

Para os próximos exercícios, durante a vigência deste Convênio, a Secretaria arcará, em seu orçamento, com os recursos financeiros necessários à execução do Convênio.

As metas de curto e médio prazos previstos pela proposta da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira são:

- Readequação da Rede Municipal
- Capacitação de Recursos Humanos
- Complementação de Recursos Humanos, equipamentos, móveis e utensílios
- Complementação do material didático e de consumo
- Melhoria das condições físicas das unidades escolares
- Construção de salas de aula
- Construção de um prédio escolar
- Adequação da Rede de Ensino para melhor atendimento à demanda escolar
- Conter a evasão escolar, bem como a repetência na passagem do C.B. para a 3ª série
- Integrar a Proposta Pedagógica da Rede Pré-escolar à Rede de Ensino Fundamental.

A Prefeitura Municipal responsabilizar-se-á pela manutenção dos prédios, equipamentos e instalações das Escolas Municipalizadas e proverá os pagamentos de

despesas de consumo (água, luz, telefone) e taxas referentes aos respectivos prédios municipalizados, bem como o pagamento de profissionais: Equipe de Direção, Equipe Técnica, Equipe Docente e Pessoal Administrativo, que complementam o quadro de pessoal necessário. Deverá também dar condições de participação do pessoal docente colocado à disposição do Município, nas ações de capacitação que visem à melhoria da qualidade do ensino. Fornecerá merenda e transporte escolar aos educandos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, em parceria com o Estado.

À vista do exposto e considerando que:

- o processo está corretamente informado;
- as autoridades competentes da Secretaria da Educação opinaram favoravelmente à celebração do Convênio;
- o Convênio foi estabelecido de acordo com as orientações para a Municipalização do Ensino no Estado de São Paulo, constantes da Indicação CEE nº 05/94;

Somos favoráveis à seguinte conclusão:

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprovam-se, nos termos deste Parecer, a assinatura do Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria

de Estado da Educação, e o Município de Ilha Solteira, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional - Estado - Município para o atendimento ao ensino fundamental, que atende aos princípios exarados pela Indicação CEE nº 05/94.

2.2 O valor total do Convênio é de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), cabendo à Secretaria da Educação a parcela de R\$ 51.000,00 (cinquenta e hum mil reais).

São Paulo, 14 de maio de 1996

a) Cons^a BERNARDETE ANGELINA GATTI
Relatora

3. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota, como seu Parecer, o Voto da Conselheira Relatora.

Presentes os Conselheiros: Bernardete Angelina Gatti, Neide Cruz e Sonia Teresinha de Sousa Penin.

Sala da Comissão, em 15 de maio de 1996

a) Cons^a SONIA TERESINHA DE SOUSA PENIN
No Exercício da Presidência da CPI

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 15 de maio de 1996.

a) Cons. JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
no exercício da Presidência nos
termos do art. 11 da Del. CEE 17/73